

## **CELSO DE CARVALHO E A POLÍTICA EM SERGIPE APÓS O GOLPE CIVIL-MILITAR (1964-1967)**

*Marisa Barreto Correia*  
Graduanda em História pela Universidade de Tiradentes (UNIT)  
E-mail: marisinha.bc@hotmail.com

**Palavras-chave:** Ditadura militar. Sergipe. Governo. Celso de Carvalho.

O Brasil dos anos 1960 foi assolado por um dos regimes autoritários, mais longos da América Latina, originando a “qualificação do novo modelo político nascido da intervenção militar” (DANTAS, 1997, p. xix). Em Sergipe a presença militar foi atuante e intensa. Por esta época o governo de Sebastião Celso de Carvalho, após assumir o cargo efetivo de chefe do executivo estadual, conduziu a política no Estado em um período marcado por intervenções militares. Celso de Carvalho foi o escolhido devido a sua boa relação com uma ampla gama de políticos, população e seu histórico na vida pública. Apesar disso, alguns rivais não desejaram sua posse, e durante seu governo tentaram tirá-lo de tal posto, porém não conseguiram impedi-lo de ser o novo governador, nem de se manter no cargo, agora sobre regência maior dos militares.

Este artigo objetiva examinar desde o momento da transição política em Sergipe, que se inicia com a deposição do governador João de Seixas Dória – então aliado do presidente João Goulart – até a ascensão do vice-governador Celso de Carvalho. Atuando como governador interino, Celso foi quem comandou o governo do Estado por algumas vezes e em momentos difíceis. Percebe-se então uma ausência constante do governador oficial, caracterizada pelo forte movimento anti-Goulart que crescia no país e o mesmo precisava buscar apoio.

Embora se investigue de maneira não tão profunda a atuação de Seixas Dória perante a sociedade sergipana na representação do seu exercício como governador do estado, o que se pretende aqui é verificar de que forma o regime militar fora implantado em Sergipe, e o papel de Celso diante desse movimento. Como procedimento metodológico o presente estudo contemplou fontes orais e escritas, significativas para a compreensão do estudo como um todo. Pesquisou-se no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, dentre as demais fontes, jornais da época - O Diário Oficial do Estado de Sergipe, Além disso, houve utilização de

vídeos da TV Alese em que há depoimentos importantes da época do seu governo. Foi visitado ainda o Memorial Público da cidade de Simão Dias, e que dele foi feito uso de documentos e fotos. Também se buscou informações bibliográficas que vieram esclarecer os fatos relacionados a esse momento histórico.

Para tanto, este estudo diagramou o assunto em dois tópicos. O primeiro abrangendo o final precoce do governo de Seixas Dória, que durou pouco mais de um ano – em decorrência do golpe militar de abril de 1964 e que cede ao novo governo de Celso de Carvalho – e o momento político anterior não somente em Sergipe, mas de maneira objetiva cita a situação em que estavam os grandes centros do país, e o segundo que contempla a ascensão do novo regime político instaurado pelos militares, e paralelo a ele o novo governo estadual comandado por um político que não sendo nem militar, e sim civil assume a responsabilidade de reorganizar a administração pública e as relações políticas estaduais e interestaduais.

Político influente não somente em Sergipe, mas com destaque também em Brasília, perante o então Presidente da República João Belchior Marques Goulart (o Jango), João de Seixas Dória é eleito governador de Sergipe em outubro de 1962 vencendo o ex-governador Leandro Maciel numa campanha em que se fez presente o homem dos discursos inflamados e fortes. Nesse momento, nas eleições brasileiras, os candidatos à vice – independente se fossem para prefeito, governador ou presidente – também passariam pelo crivo das eleições como candidatos individuais, de forma igual a que ocorreu com Sebastião Celso de Carvalho sendo eleito separadamente a Seixas Dória.

Partindo antes de Jango e Seixas tomarem posse como chefes do executivo nacional e estadual respectivamente, devemos abordar o que houve pouco antes, para que dessa maneira tenhamos conhecimento e entendimento do por que Seixas ter tido tão breve governo cedendo lugar ao governo de Celso de Carvalho.

Tomemos como marco inicial o dia 31 de janeiro de 1961, Jânio da Silva Quadros é empossado Presidente da República, tendo como seu vice-presidente o próprio Jango que havia sido eleito, porém não sendo de mesma base governista. O fato de não serem da mesma base seria um problema mais à frente, após a renúncia de Jânio.

Quadros foi o primeiro Presidente a tomar posse e governar na nova Capital Federal, Brasília. Em seu governo tentou reequilibrar finanças e a inflação. Aplicou uma política progressista nas relações internacionais. Aos poucos foi perdendo apoio da esquerda e dos nacionalistas que não confiavam mais nele, e até as forças que lhe apoiavam aos poucos o estavam deixando só.

Sobre a situação econômica que já vinha se agravando desde o governo de Juscelino Kubitschek, Quadros colocava o próprio Juscelino como maior responsável por aquela situação. Gastos em demasia, nepotismo e a altíssima dívida externa ocasionada em grande parte pela construção de Brasília foram alguns dos motivos que Jânio citou. Como governar sem apoio estava se tornando inviável, Jânio Quadros renunciou em 25 de agosto de 1961, numa tentativa de voltar fortalecido em eleições seguintes, porém não foi isso que aconteceu. Acabou de certa maneira caindo no esquecimento, indo até pra Europa.

A partir de sua renúncia, quem assumiu a presidência foi Jango que era o sucessor oficial, porém com os militares não o apoiando, afinal apoiaram Jânio que era de chapa contrária. Jango era considerado simpatizante do comunismo por alguns e na época em que estava próximo de tomar posse estava em visita à China, fortalecendo ainda mais essa idéia. Houve até alguns momentos em que se pensou num golpe para não permitir a sua posse. Após alguns acordos, em que Leonel Brizola foi um dos responsáveis pelo sucesso, permitindo que Jango tomasse posse, foi instituído no Brasil o regime parlamentarista, onde o novo presidente teria poderes, mas em menor escala. O parlamento é quem passou a ser o maior detentor do poder, representado por um 1º Ministro que foi Tancredo Neves do PSD mineiro. Finalmente em 07 de setembro de 1961, João Goulart é empossado. Todas essas mudanças foram importantes também para Sergipe, mesmo sendo um Estado considerado não importante, mas que estava politicamente começando a aparecer no cenário nacional. Através do então deputado federal João de Seixas Dória.

Pouco antes de Seixas Dória tomar posse, houve um plebiscito para que o povo escolhesse se dava continuidade ou não ao parlamentarismo. Os números foram avassaladores, em que 81% dos votos foram pelo fim do parlamentarismo e a volta do presidencialismo. Em 31 de janeiro de 1963, finalmente Seixas Dória toma posse do governo do Estado, sendo seu vice-governador Sebastião Celso de Carvalho. Naquele momento era de muita importância o vice que fosse eleito ser da mesma coligação partidária, para que o governador pudesse ter maior governabilidade e poder confiar num sucessor provisório para quando precisasse se ausentar, segundo Cruz (2010):

A singularidade do resultado eleitoral só não era maior que o convulsionado período político que o país atravessa em razão da renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, da posterior experiência parlamentarista derrotada em plebiscito, em 1963, da restituição dos poderes presidencialistas a João Goulart e da deflagração do golpe civil-militar, em 1964. Em meio a esse turbilhão de acontecimentos, Celso de Carvalho explica com riqueza de detalhes sua freqüente atuação como governadora em exercício – cargo

exercido durante parte considerável da gestão do governo de João de Seixas Dória, uma vez que este, a frente dos grandes debates públicos nacionais, precisava se ausentar (CRUZ, 2010, p. 01).

Ausências foram algumas que ocorreram em tão pouco tempo de seu governo que durou somente 14 meses, mais precisamente até às 4 horas da manhã do dia 02 de abril de 1964, pouco depois de ter retornado de mais uma de suas viagens, sendo uma delas ao Rio de Janeiro onde participou do grande comício da Central do Brasil em 13 de março, acompanhando o Presidente João Goulart, que já afirmava que mudanças iriam ser feitas, principalmente em que a classe média seria a maior prejudicada, gerando insatisfação e protestos, enfraquecendo ainda mais seu governo.

Com essas viagens ocorrendo – sendo uma delas até os Estados Unidos da América – Celso de Carvalho foi criando certa identidade dentro do governo, contudo as decisões finais que foram tomadas tiveram aval de Seixas Dória, por ele ser o governador titular. Numa das vezes em que assumiu o governo, Celso enfrentou a greve dos bancários e outras situações desconfortáveis devidos o governo estar em baixa com seus recursos financeiros. Nessas idas e vindas de Seixas, houve um período em que Celso permaneceu governador de Sergipe por quase 60 dias, e isso vem a mostrar sua importância para o próprio Seixas Dória.

Por fim, chegamos ao fatídico dia da história local, 02 de abril de 1964, onde Seixas é deposto de seu cargo de governador. Foi preso, levado a Salvador e de lá à ilha de Fernando de Noronha, onde também ficou preso Miguel Arraes, então governador de Pernambuco. Enquanto isso Celso tomava posse no seu novo cargo nos mesmos 02 de abril de 1964. A ascensão política do então vice-governador Sebastião Celso de Carvalho, se deu com a implantação do regime militar no Brasil em abril de 1964, gerando a deposição do governador João de Seixas Dória. No caso das transformações políticas que aconteceram em Sergipe, “quaisquer que tenham sido seus condicionamentos econômicos, foram impulsionados por duas motivações inter-relacionadas, uma ideológica e outra partidária” (DANTAS, 1997, p. 5).

Celso de Carvalho se destacou então como um integrante do PSD que não sendo nem militar nem da UDN, e com um elevado índice de identificação com o movimento militar no pós-1964, regime este que impôs o país a viver sob o domínio autoritário e de censura. O novo governador comandaria o Estado com base em interesses militares. O poder executivo do Estado a partir de 02 de abril de 1964 ficou sob o domínio dos pessedistas.

O novo governador por comandar o Estado de Sergipe de acordo com a ideologia militar, tinha pouco poder de decisão, pois todas as medidas políticas que viesse tomar, se

fosse de encontro aos militares seriam vetadas. A partir disso, Celso encontrava-se com dificuldades para manter a autonomia estadual, levando em consideração que mesmo tendo o PSD no controle central do Estado não era possível abranger todos os setores, afinal a maioria da bancada legislativa quem comandava era a UDN. Os udenistas eram contra o novo governo, e a favor da volta do governador deposto e preso João de Seixas Dória. Para estes fins, foram várias as tentativas e estratégias político-partidárias para derrubar o recente governador; todavia as manifestações em favor de Seixas Dória e contra Celso, acabaram fracassadas e o cargo de governador do Estado de Sergipe foi declarado vago em 04 de abril de acordo com a Resolução nº 4.

A partir de abril, Sergipe começa a ser regido por Sebastião Celso de Carvalho, como chefe do poder executivo. O então governador procurou bases e alianças partidárias com os próprios correligionários, visto que os pessedistas no geral acabavam por consolidar a implantação do regime autoritário no Brasil. Celso teve a missão de fiscalizar a conduta política e civil dos sergipanos, para que jamais pusesse em perigo o novo regime instaurado. Uma das medidas adotadas por seu governo foi o combate à subversão e corrupção pelo interior do Estado. Tal medida consistiu em punir os líderes locais identificados como parte do movimento das reformas de base implantadas pelo ex-presidente João Goulart (DANTAS, 1997).

Assumindo uma postura conciliadora, Celso agiu como mediador, buscando negociar direitos civis – desde o momento em que, ao contrário do movimento repressivo procurava manter as portas do Palácio Olímpio Campos abertas para o diálogo com os divergentes – e militares quando percorria o país junto a outros governadores do Nordeste, participando de reuniões que deixaram clara sua posição diante do novo regime que havia se instaurado e também o apoio ao novo Presidente da República Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

Seu mandato como governador se consolidou com ações técnicas-burocratas, e não poderia ser diferente se tomarmos como embasamento teórico toda conjuntura política militar da época. “Dessa forma, em nome desse comando um tanto nebuloso atuavam os agentes da tutela militar, tanto afastando os representantes da sociedade política como desarticulando grupos da sociedade civil” (DANTAS, 1997, p. 20). Podemos exemplificar esse conceito de afastamento de representante da sociedade política, quando o novo secretariado do governo Celsista assume em decorrência do afastamento do secretariado do ex-governador Seixas Dória, seguindo orientações militares, onde o referido governador não possui grande poder de decisão e segundo Dantas sofre com:

Além do relacionamento permeado de percalços com os militares, o governador continuou sofrendo o antagonismo dos udenistas. Sendo a UDN o partido majoritário na assembleia, seus deputados aprovaram várias proposições de difícil cumprimento pelo executivo. Exemplo disso foi a ampliação dos subsídios para quinze vezes o salário mínimo, levando Celso de Carvalho a vetar a medida aprovada. Visando evitar situações dessa natureza, a bancada situacionista ausentava-se para evitar o quorum. Sem contar com a maioria na casa, o chefe do executivo, somente conseguia levar adiante os projetos de sua iniciativa, utilizando-se da lei de decurso de prazo, artifício que considerava aprovada a proposição que não fosse votada em determinado tempo (DANTAS, 1997, p. 22).

Uma marca na sua administração foi à criação e reestruturação de órgãos burocráticos que, visavam atender as necessidades de expansão econômica do Estado. A partir daí surgem a CODISE (Companhia de Desenvolvimento Industrial de Sergipe) e o CONDESE (Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe), reestrutura o IPES (Instituto de Previdência de Sergipe), entre outros que pretendiam desenvolver a autonomia de Sergipe. Um dos órgãos citados anteriormente, o CONDESE, visava supervisionar as ações dos demais órgãos estaduais na elaboração e execução de projetos de desenvolvimento econômico e social para o Estado.

Porém, a situação econômica de Sergipe e a política do governador não eram favoráveis à autonomia estadual, enaltecida por Celso. Era apenas uma forma de disfarçar a instabilidade política, decorrente do estrangulamento que o administrador estadual se encontrava. De um lado posicionamento militar e de outro a pressão udenista para que deixasse o poder. Diante disso a solução foi pedir socorro ao IV Exército, na pessoa do Presidente da república Castelo Branco. Isso fez com que Celso de Carvalho descrevesse em relato à presidência, a situação financeira em que se encontrava o Estado. Essa posição do governador foi vista pela esquerda como insegurança do chefe estadual em não saber administrar, concepção esta encontrada em ata da assembleia legislativa, a qual fica evidenciada a posição dos deputados a respeito do governador.

Vistas em conjunto, todas as ações que circundavam o governador, de berço aristocrático, estavam subordinadas ao comando militar. O autoritarismo sergipano era visto como movimento de pequenas proporções diante do quadro de repressão instaurado em Estados maiores. Todo processo de transição política de Sergipe, que foi citado até aqui, nos mostra que os anos de 1963 e 1967 o Estado passou a vivenciar momentos de incertezas e transformações políticas que afetaram a sociedade como um todo. Instalou-se em todo o país, um novo regime, a tutela militar que chega aqui apenas como ilustração, porém suficiente para tirar do poder central a UDN e ascender o PSD, com o então vice-governador que

chegava ao seu maior cargo político, com fidelidade à situação arbitrária vigente, período este intensificado por prisões, censura e perseguições políticas. Isso reforçou uma competição acirrada por parte das principais lideranças estaduais (PSD+PR x UDN). Juntas essa complexidade estrutural da política em Sergipe no período militar ameaçava a permanência de Celso de Carvalho no poder. Contudo, segundo o próprio Celso, a única força militar capaz de destituir seu mandato seria a do IV Exército, ao qual se encontrava de forma indireta como aliado. Foi desta forma que Celso permaneceu no poder até 1967, desenvolvendo ações que estavam subordinadas a aprovação militar que proviam o desenvolvimento econômico e social do estado de Sergipe.

Após esta abordagem inicial, porém objetiva sobre um período importante não só de Sergipe, mas de todo o Brasil percebeu o quão complexa é a vida política brasileira. Diversos nomes que se entrelaçam ao longo da história da jovem república brasileira, que no período aqui estudado nos deixou evidente a sua fragilidade diante de interesses muitas vezes pessoais.

O trabalho, mesmo em fase de iniciação, evidencia, que o personagem político não é ele apenas está. Assim como Seixas esteve governador por um breve período de tempo, e me seguida Celso assume a chefia do executivo estadual por ser considerado um homem público coerente e apaziguador. Ao final é notadamente vista a importância das duas figuras, tanto Seixas quanto Celso nesse momento, ambas de acordo com suas novas perspectivas após o golpe de 1964, que de revolução não teve nada.

## Referências

BRASIL. TV Escola. *Regime Militar. História do Brasil por Boris Fausto*. Brasília: Ministério da Educação, abr. 2010. Documentário apresentado na TV.

CRUZ, José Vieira da. *Celso de Carvalho e a política em Sergipe na segunda metade do século XX*. Disponível em: <<http://www.se.anpuh.org/artigos2.htm>> Acesso em: 26 jun. 2010.

DANTAS, Ibarê. *Os Partidos Políticos em Sergipe (1889-1964)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. p. 270-295.

\_\_\_\_\_. *A Tutela Militar em Sergipe 1964-1984: Partidos e Eleições num Estado Autoritário*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.